

# COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.055, DE 2021

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.055, DE 2021

Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

**Autor:** PODER EXECUTIVO

**Relator:** Deputado ADOLFO VIANA

### I - RELATÓRIO

Trata-se da Medida Provisória (MP) nº 1.055, de 28 de junho de 2021, que institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

A CREG possui as seguintes competências:

I - definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas;

II - estabelecer prazos para atendimento das diretrizes de que trata o inciso I pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e pelos concessionários de geração de

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>



energia elétrica, de acordo com as suas competências e obrigações legais e contratuais;

III - requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração pública federal direta e indireta, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e aos concessionários de geração de energia elétrica, de acordo com as suas competências e obrigações legais e contratuais; e

IV - decidir sobre a homologação das deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, instituído pelo art. 14 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, relacionadas às medidas emergenciais destinadas ao suprimento eletroenergético, de forma a atribuir obrigatoriedade de cumprimento dessas deliberações pelos órgãos e pelas entidades competentes.

A proposição em exame estabelece ainda que as decisões da CREG deverão:

I - considerar as condições hidrológicas e os subsídios técnicos a serem apresentados pelos órgãos ou pelas entidades competentes e pelos concessionários de geração de energia elétrica; e

II - buscar a compatibilização das políticas energética, de recursos hídricos e ambiental, ponderando os riscos e impactos, inclusive, econômico-sociais, observadas as prioridades de que trata o inciso III do *caput* do art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

No que respeita às diretrizes obrigatórias aprovadas pela CREG, a MP nº 1.055/2021 estabelece que elas poderão resultar em redução de vazões de usinas hidrelétricas, desde que sejam iguais ou superiores às vazões que ocorreriam em condições naturais, caso não existissem barragens na bacia hidrográfica.

Adicionalmente, a medida provisória em apreço determina que os custos operacionais incorridos pelos concessionários de geração de energia elétrica para a implementação das medidas de monitoramento e mitigação dos impactos ambientais, em decorrência das ações objeto das diretrizes

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>



obrigatórias aprovadas pela CREG, que não forem cobertos pelos termos dos contratos de concessão, desde que reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, serão ressarcidos por meio dos encargos para cobertura dos custos dos serviços do sistema, de que trata o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.848, de 2004.

Compõem a CREG os seguintes Ministros de Estado, que poderão ser substituídos em suas ausências por seus respectivos substitutos legais:

- I - de Minas e Energia;
- II - da Economia;
- III - da Infraestrutura;
- IV - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- V - do Meio Ambiente; e
- VI - do Desenvolvimento Regional.

A CREG será presidida pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, que poderá convidar especialistas, autoridades e representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Incumbirá ao Ministério de Minas e Energia a Secretaria-Executiva da CREG.

As deliberações do CMSE, entre as quais incluir a contratação de reserva de capacidade, nos termos do disposto nos art. 3º e art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 2004, que forem homologadas pela CREG terão caráter obrigatório para:

- I - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta;
- II - o Operador Nacional do Sistema Elétrico;
- III - a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- IV - os concessionários e autorizados do setor de energia

elétrica; e

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>



V - os concessionários, permissionários ou autorizados do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

Consoante a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 00028/2020 MME, elaborada pelo Ministério de Minas e Energia, o Governo Federal avalia que para garantir a manutenção da governabilidade das cascatas hidráulicas no país, preservar o uso da água e manter a segurança e continuidade do suprimento de energia elétrica ao longo do período seco de 2021 deverão ocorrer modificações nas regras hidráulicas de operação de usinas hidrelétricas, alteração dos limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas, bem como medidas mitigadoras associadas às ações realizadas.

Foram apresentadas 248 (duzentas e quarenta e oito) emendas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1055, de 2021.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

### II.1 – DA ADMISSIBILIDADE – ATENDIMENTO A PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS, CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA

A Medida Provisória em análise atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 62 da Constituição Federal.

Na referida exposição de motivos interministerial, justifica-se a urgência e relevância da criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG em razão da necessidade de otimizar a utilização dos recursos hidroenergéticos para enfrentar a presente situação de escassez de água e suas consequências na segurança do suprimento energéticos.

Enfatiza-se que a escassez de chuvas, correspondente a pior ocorrência entre os meses de setembro a maio do histórico desde 1931, para o



Sistema Interligado Nacional – SIN, resultou em baixos armazenamentos dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Para agravar a situação, não há perspectiva de volumes significativos de chuvas para os próximos meses.

Assim, diante do contexto crítico e excepcional que o País experimenta, é preciso dotar as deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE relacionadas às medidas emergenciais destinadas ao suprimento eletroenergético, após homologação pela CREG, de caráter obrigatório, de sorte a garantir a efetividade das mencionadas deliberações, com a tempestividade necessária.

Concordando com os argumentos expostos, manifestamo-nos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância da Medida Provisória nº 1.055, de 2021.

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a Medida Provisória em análise também não afronta dispositivos da Carta Magna. Não há, portanto, qualquer óbice constitucional à sua admissão.

Observamos, ainda, a juridicidade da matéria tratada na Medida Provisória, pois se harmoniza com o ordenamento jurídico e não viola qualquer princípio geral do Direito.

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na Medida Provisória. O texto está de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Assim, somos pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.055, de 2021.

A mesma situação se verifica quanto à maioria das emendas apresentadas à Medida Provisória, nas quais não há vícios relacionados a



inconstitucionalidade, injuridicidade ou técnica legislativa, a exceção daquelas relacionadas a seguir:

São inconstitucionais, porque afrontam o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 5.127, pelo qual os Congressistas não podem inserir matérias estranhas ao conteúdo original da MP por meio de emendas parlamentares: as Emendas nºs 16, 17, 18, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 45, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 66, 70, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 91, 92, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 118, 119, 120, 121, 124, 126, 127, 130, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 175, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 194, 195, 197, 198, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 223, 224, 225, 230, 233, 234, 235, 236, 238, 240, 245, 246, 247 e 248.

## II.2 – DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, estabelece em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Observando o disposto no art. 19 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, a Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira do Câmara dos Deputados (Conof) elaborou a Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira nº 35, 1º de julho de 2021.

No documento, o órgão ressaltou que *“quanto a impactos a medida possa causar na receita ou na despesa pública, não se vislumbra, a priori, qualquer repercussão direta nas finanças públicas”*. Aduziu que *“não se verificam na medida provisória violações às demais normas atualmente vigentes que regem a matéria, em especial Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei do plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias da União”*.



Dessa forma, consoante o exposto, nos posicionamos pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.055, de 2021.

Quanto às Emendas, entendemos inadequadas orçamentária e financeiramente as emendas que deem ensejo a aumento de despesa da União, mas que não apresentem estimativa ou demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro; que acarretem redução de receita tributária da União sem apresentar demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro de que tratam o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória - ADCT e o art. 125 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 - LDO 2021 nem demonstração de ausência de prejuízo ao alcance das metas fiscais (art. 126 da LDO 2021). São elas: as Emendas nºs 12, 13, 45, 88, 108, 223, 224, 245, 246, 247 e 248.

### II.3 – DO MÉRITO

Quanto ao mérito, consideramos conveniente e oportuna a matéria, devido à necessidade de manter a segurança e a continuidade do suprimento de energia elétrica na transição do período seco para o período úmido em 2021 e para o atendimento durante todo o ano de 2022.

Para tanto, tem sido fundamental a atuação da CREG, que promove avaliação permanente das condições meteorológicas observadas e prognósticos das condições hidroenergéticas. Em razão dos resultados dessas avaliações e os respectivos requisitos de energia e potência, a CREG homologou decisão advinda do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e aprovou a realização de procedimento competitivo simplificado para contratação de Reserva de Capacidade nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul<sup>1</sup>, com suprimento a ser iniciado em 2022 até 2025, consoante o disposto no § 1º do art. 4º da Medida Provisória nº 1.055, de 2021.

A CREG homologou também outras deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, como, por exemplo:

- aprovação de cotas mínimas a serem adotadas para os reservatórios das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Três Irmãos;

<sup>1</sup> Resolução CREG nº 4, de 9 de setembro de 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>



- flexibilização temporária da regra de operação do rio São Francisco;

- condições para operação da usina termelétrica GNA I (1.338 MW) em 2021 e 2022, diante da necessidade de utilização de todos os recursos energéticos disponíveis e considerados nos estudos prospectivos avaliados pelo CMSE;

- simplificação dos procedimentos de outorga para participação de empreendimento de geração nas ofertas de que trata a Portaria Normativa MME 17/2021, de forma que seja garantida a efetividade do normativo em consonância com a necessidade de recursos energéticos adicionais no sistema.

A seguir, descrevemos as razões que nos levaram a acatar parcialmente emendas incorporadas ao projeto de lei de conversão que propomos.

A ocorrência de crise hídrica semelhante a que estamos vivendo em nosso País no futuro é possível. Afigura-se, portanto, recomendável aproveitar a ocasião para adotar solução que dispense a edição de nova medida provisória para lidar com esse problema. Para tanto, julgamos conveniente incluir dispositivo que determina que caberá ao Presidente da República decidir, por meio de decreto, pela instauração da CREG e seu prazo de duração tendo em conta a existência de situação crítica de escassez quantitativa ou qualitativa de recursos hídricos e a existência de prévia recomendação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE. Ao assim proceder, entendemos que acatamos parcialmente a Emenda nº 112, que estabelece que a duração da CREG poderá ser prorrogada por até 180 (cento e oitenta) dias a pedido da própria Câmara que fará a fundamentação justificando tal medida e estipulando o prazo, cabendo ao Presidente da República decidir, por meio de decreto, pela prorrogação.

Também reputamos benéfica a inclusão na composição da CREG dos dirigentes máximos dos seguintes órgãos: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP; Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico –





ANA; Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, os quais não terão direito a voto. Por esse motivo, acatamos parcialmente as Emendas nºs 1, 7, 11, 23, 25, 43, 61, 62, 76, 104, 105, 110, 111, 117, 129, 144, 172, 193 e 237.

Consideramos que é muito importante que as decisões da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG sejam públicas e que se assegure a divulgação da documentação que as fundamentaram. De igual modo, nos parece relevante que a CREG possua competência para promover ações de conscientização do consumidor sobre a importância da redução voluntária e racional do consumo de energia elétrica durante a crise hídrica e sobre os benefícios proporcionados pela melhoria da eficiência energética. Por esse motivo, acatamos parcialmente as Emendas nºs 19 e 20.

Com o objetivo de propiciar uma transição gradual da indústria mineira de carvão e atenuar impactos econômicos e sociais em muitos municípios da região Sul, julgamos necessário estender o prazo para uso de recursos da CDE na promoção da competitividade da energia elétrica produzida a partir do carvão mineral nacional de 2027 até o final de 2035. Ressalve-se, contudo, que essa medida valerá apenas para as centrais geradoras termelétricas que, a partir de 2028, passem a substituir o carvão mineral por biomassa de reflorestamento ou de resíduos de agricultura. Assim, atendemos parcialmente a Emenda nº 242.

Outra preocupação desta Casa Legislativa diz respeito ao atendimento de energia elétrica na zona rural. Com o propósito de assegurar energia para todos incluímos dispositivo que contempla regramento para atendimentos de pedidos de nova ligação de unidades consumidoras rurais situados em municípios já declarados universalizados. Esse dispositivo contempla parcialmente preocupação objeto da Emenda nº 139.

Também sentimos necessidade, com o fito de proteger o consumidor, de estabelecer que, a partir de 1º de janeiro de 2023, haverá



separação contábil das atividades de transporte e comercialização de energia elétrica.

Por derradeiro, consideramos relevante aprimorar os dispositivos da Lei nº 14.182/2021 que tratam da contratação de centrais hidrelétricas até 50 MW (cinquenta megawatts) no Leilões A-5 e A-6, bem como da sociedade de economia mista ou a empresa pública de que trata o caput do art. 9º dessa Lei, que deverá assumir a titularidade dos contratos de compra de energia do Proinfa, de que trata o art. 3º da Lei nº 10.438/2002.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

1) quanto à admissibilidade:

1.1) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.055, de 2021;

1.2) pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 16, 17, 18, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 47, 45, 48, 51, 52, 53, 54, 59, 60, 66, 70, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 82, 83, 86, 91, 92, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 118, 119, 120, 121, 124, 126, 127, 130, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 175, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 194, 195, 197, 198, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 223, 224, 225, 230, 233, 234, 235, 236, 238, 240, 245, 246, 247 e 248; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.055, de 2021, e das demais Emendas apresentadas;

1.3) pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.055, de 2021, e das emendas apresentadas, com exceção das Emendas nºs 12, 13, 45, 88, 108, 223, 224, 245, 246, 247 e 248;

2) quanto ao mérito: pela aprovação da Medida Provisória nº 1.055/2021, e das Emendas nºs 10, 19, 20, 112, 139 e 242, na forma do Projeto de Lei de Conversão a seguir apresentado, e pela rejeição das demais emendas admitidas.



Sala da Comissão, em 1º de outubro de 2021.

Deputado ADOLFO VIANA  
Relator

2021-16398



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>



**PLENÁRIO****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2021**

(Medida Provisória nº 1.055, de 2021)

Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

Art. 2º À CREG compete:

I - definir diretrizes obrigatórias para, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das usinas hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas;

II - estabelecer prazos para atendimento das diretrizes de que trata o inciso I pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e pelos concessionários de geração de energia elétrica, de acordo com as suas competências e obrigações legais e contratuais;

III - requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos aos órgãos e às entidades da administração



pública federal direta e indireta, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e aos concessionários de geração de energia elétrica, de acordo com as suas competências e obrigações legais e contratuais;

IV - decidir sobre a homologação das deliberações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, instituído pelo art. 14 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, relacionadas às medidas emergenciais destinadas ao suprimento eletroenergético, de forma a atribuir obrigatoriedade de cumprimento dessas deliberações pelos órgãos e pelas entidades competentes; e

§ 1º As decisões da CREG deverão:

I - considerar as condições hidrológicas e os subsídios técnicos a serem apresentados pelos órgãos ou pelas entidades competentes e pelos concessionários de geração de energia elétrica; e

II - buscar a compatibilização das políticas energética, de recursos hídricos e ambiental, ponderando os riscos e impactos, inclusive, econômico-sociais, observadas as prioridades de que trata o inciso III do caput do art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 2º As diretrizes de que trata o inciso I do caput poderão resultar em redução de vazões de usinas hidrelétricas, desde que sejam iguais ou superiores às vazões que ocorreriam em condições naturais, caso não existissem barragens na bacia hidrográfica.

§ 3º Os custos operacionais incorridos pelos concessionários de geração de energia elétrica para a implementação das medidas de monitoramento e mitigação dos impactos ambientais, em decorrência das ações que trata o inciso I do caput, que não forem cobertos pelos termos dos contratos de concessão, desde que reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, serão ressarcidos por meio dos encargos para cobertura dos custos dos serviços do sistema, de que trata o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.848, de 2004.

§ 4º As decisões da CREG serão públicas e disponibilizadas na

internet.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>



Art. 3º Integram a CREG:

I - os Ministros de Estado:

- a) de Minas e Energia, que a presidirá;
- b) da Economia;
- c) da Infraestrutura;
- d) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- e) do Meio Ambiente; e
- f) do Desenvolvimento Regional.

II – os dirigentes máximos das seguintes autarquias, com direito a voz, porém não a voto:

- a) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL;
- b) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;
- c) Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;
- d) Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; e
- e) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

§ 1º Em suas ausências e seus impedimentos, os membros da CREG serão substituídos pelos respectivos substitutos legais.

§ 2º Na primeira reunião, a CREG estabelecerá as suas regras de funcionamento.

§ 3º O Presidente da CREG poderá convidar especialistas, autoridades e representantes de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

§ 4º O Presidente da CREG poderá praticar os atos previstos no art. 2º ad referendum do colegiado.

§ 5º Os atos de que trata o § 4º serão submetidos à apreciação da CREG na reunião subsequente.



§ 6º A Secretaria-Executiva da CREG será exercida pelo Ministério de Minas e Energia.

Art. 4º Desde que sejam homologadas pela CREG, na forma prevista no inciso IV do caput do art. 2º, as deliberações do CMSE terão caráter obrigatório para:

I - os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta;

II - o Operador Nacional do Sistema Elétrico;

III - a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;

IV - os concessionários e autorizados do setor de energia elétrica; e

V - os concessionários, permissionários ou autorizados, sob competência da União, do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.

§ 1º A contratação de reserva de capacidade, inclusive aquelas objeto de deliberações de que trata o *caput*, nos termos do disposto nos art. 3º e art. 3º-A da Lei nº 10.848, de 2004, com vistas à integração e otimização eletro-energética, autorizará a ANEEL estabelecer mecanismos vinculados às tarifas de transmissão de forma a integrar o sistema de gasodutos associados à contratação de reserva de capacidade às instalações da rede básica, com vistas a definição da receita anual permitida.

§ 2º As contratações de reserva de capacidade de que trata o § 1º poderão ocorrer por meio de procedimentos competitivos simplificados a serem estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia.

§ 3º As deliberações de que trata o *caput* poderão incluir a realização de ações de conscientização do consumidor sobre a importância da eficiência energética e os benefícios da redução voluntária e racional do consumo de energia elétrica.

Art. 5º Caberá ao Presidente da República decidir, por meio de decreto, pela instauração da CREG e seu prazo de duração.



Parágrafo único. Para fins da instauração e da determinação do prazo de duração de que trata o *caput*, deverão ser considerados:

I – a existência de situação crítica de escassez quantitativa ou qualitativa de recursos hídricos de que trata o inciso XXIII do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; ou

II – a existência de prévia recomendação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE, de que trata o art. 14 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.

Art. 6º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.....

.....

§ 7º Os dispêndios para a finalidade de que trata o inciso V do *caput* serão custeados pela CDE até 2035, somente para as centrais geradoras termelétricas que, a partir de 2028, passem a substituir carvão mineral, no percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento), por biomassa de reflorestamento ou de resíduos da agricultura.

§ 7º-A. O custeio da CDE de que trata § 7º deverá ser reduzido anualmente a partir de 2028, em trajetória linear, até sua completa extinção a partir de 2036.” (NR)

“Art. 14.....

.....

§ 14. Para o atendimento dos pedidos de nova ligação de unidades consumidoras rurais situadas em municípios já declarados universalizados, deve-se observar o que se segue:

I – o solicitante deve apresentar documento, com data, que comprove a propriedade ou a posse do imóvel; e

II – no caso de assentamento irregular ocupado predominantemente por população de baixa renda, é





necessário haver solicitação ou anuência prévia do poder público competente.” (NR)

Art. 7º A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 4º-C. A partir de 1º de janeiro de 2023, haverá a separação contábil das atividades de transporte e comercialização de energia elétrica.”

Art. 8º A Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21. ....

.....

§ 2º As contratações estabelecidas no *caput* deste artigo serão por 25 (vinte e cinco) anos, ao preço máximo equivalente ao teto estabelecido para geração de PCH do Leilão A-6 de 2019, atualizado esse valor até a data de publicação do edital específico pelo mesmo critério de correção do Leilão A-6 de 2019, adicionando-se a este valor os encargos e tributos que incidirem sobre a atividade.

.....” (NR)

“Art. 23.....

.....

I – caso haja a manifestação de concordância do gerador contratado, até 30 de março de 2022, os contratos poderão ser prorrogados por período de 20 (vinte) anos após a data de vencimento atual;

.....

III – durante o período de vigência da prorrogação referida no inciso I, vigorarão os preços equivalentes aos preços-teto do Leilão A-6 de 2019, para empreendimentos sem outorga, atualizados pelo IPCA.



IV – a partir do Plano Anual do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) subsequente à assinatura da prorrogação, os referidos empreendimentos que aderirem não terão direito aos descontos previstos no §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

V – a aceitação da prorrogação prevista no inciso I implicará na renúncia à correção dos contratos existentes pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) de 2020 para 2021, devendo ser aplicado o IPCA ou seu sucedâneo, a partir deste instante até o encerramento do período de vigência do contrato prorrogado.

VI - Os empreendimentos que aderirem à prorrogação dos contratos existentes poderão adicionar ao seu contrato energia proveniente de novos empreendimentos baseados em energia solar, eólica, biomassa ou biogás, no montante equivalente a diferença entre sua garantia física e a potência instalada, sendo que a partir da incorporação da energia adicional ao contrato existente, os contratos passarão a ter o seu preço de venda de energia igual ao preço médio da fonte original sem outorga, resultante do Leilão A-6 de 2019, corrigido pelo IPCA até a data de pagamento, desde que estes empreendimentos agregados entrem em operação até 2027

VII – a ANEEL deve apurar o benefício tarifário decorrente do disposto no inciso V e reverter em favor dos consumidores a partir de 2022, procedendo aos expedientes para esse fim, admitida eventual postergação do Plano Anual do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).”  
(NR)

Art. 9º. O art. 9º, *caput*, da Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º A ANP, após a realização de consulta pública, estipulará a receita máxima permitida de transporte, bem como



os critérios de reajuste, de revisão periódica e de revisão extraordinária, nos termos da regulação, que deverá ser aprovada em até 3 (três) meses da data da conversão da Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, em lei, e essa receita não será, em nenhuma hipótese, garantida pela União”.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de outubro de 2021.

Deputado ADOLFO VIANA  
Relator

2021-16398



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Adolfo Viana  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214017970800>

